

DOI: 10.20396/ISBN9788521707790.cap7

Metodologias feministas para pesquisas em comunicação

Feminist methodologies for communication research

Carolina Busolin Carettin

RESUMO

Este capítulo propõe refletir sobre questões metodológicas que surgiram no processo de escrita da dissertação *Imprensa Feminista na Internet: um estudo dos sites Lado M e AzMina* (Carettin, 2022), na qual analiso, a partir de uma perspectiva interseccional, o perfil das colaboradoras e suas produções para dois veículos de imprensa feminista, *Lado M* e *AzMina*, criados em 2014 e 2015, respectivamente. Para isso, utilizei a metodologia dos estudos de casos múltiplos, analisando os dados recolhidos através de formulário enviado às autoras, dos textos publicados no segundo semestre de 2018 e das entrevistas feitas com as fundadoras e autoras dos sites. A partir da escuta, do diálogo e do incômodo que encontrei durante a escrita da dissertação, trago, neste capítulo, pontos de reflexão que surgiram e que podem contribuir para que pesquisadores e jornalistas também pensem suas práticas.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Subjetividade; Feminismo.

ABSTRACT

This chapter proposes a reflection on methodological issues that arose during the writing process of the dissertation “Feminist Press on the Internet: a study of the websites Lado M and AzMina” (2022), in which I analyze, from an intersectional perspective, the profile of the collaborators and their productions for two feminist press outlets, Lado M and AzMina, created in 2014 and 2015, respectively. To this end, I used the methodology of multiple case

studies, analyzing the data collected through a form sent to the authors, the texts published in the second half of 2018, and the interviews conducted with the founders and authors of the websites. Based on the listening, the dialogue, and the discomfort I encountered while writing the dissertation, I bring, in this chapter, points of reflection that emerged and that can help researchers and journalists also think about their practices.

KEYWORDS: Journalism; Subjectivity; Feminism.

INTRODUÇÃO

Eu acredito que as mulheres deveriam pensar menos no feminismo como uma identidade e mais em termos de “advogar o feminismo”, movendo-se da ênfase nas questões de estilo de vida pessoal em direção à criação de paradigmas políticos e modelos radicais de mudança social que enfatizem tanto a mudança coletiva quanto a individual (hooks, 2019, p. 368).

Um processo de escuta, de diálogo e de incômodo. Consigo resumir meu percurso escrevendo a dissertação *Imprensa Feminista na Internet: um estudo dos sites Lado M e AzMina* (Caretin, 2022) com essas palavras. A partir da metodologia que busquei ao escrevê-la, proponho neste capítulo pensarmos ferramentas metodológicas feministas para pesquisas em comunicação, mais especificamente para o jornalismo. Esse que, enquanto prática e campo de conhecimento, é perpassado pela agenda positivista, baseado em pilares como a objetividade, a neutralidade, o apartidarismo e a imparcialidade. Márcia Veiga da Silva (2017) aponta a colonização como definidora de métodos, pedagogias e conhecimentos, definindo qual raça, classe e gênero são normalizados e quais são marginalizados pela imprensa. Uma lógica masculinista, capitalista, moderna e positivista.

O ensino do jornalismo também baseia-se nesses conceitos. Assim, buscar uma metodologia feminista para minha dissertação

foi ir além do que aprendi na minha graduação. Para meu mestrado, pesquisei a produção de jornalistas feministas em dois veículos de comunicação, *AzMina* e *Lado M*, a partir da metodologia dos estudos de casos múltiplos (Alves-Mazzotti, 2006; Martino, 2018), analisando os dados recolhidos através de formulário enviado às autoras, dos textos publicados no segundo semestre de 2018 e das entrevistas feitas com as fundadoras e autoras dos sites.

Já no início, sempre em conversa com minha orientadora, a antropóloga Daniela Tonelli Manica, a ideia de organizar a pesquisa em capítulos sem uma demarcação tão rígida em relação à introdução, objetivos, metodologia e resultados foi uma novidade, criando um texto mais fluido.

O primeiro capítulo, “Feminismo como movimento social”, traz um panorama sobre o movimento no Brasil, partindo de um tema mais amplo, fazendo um resgate histórico do feminismo no país, e indo para um tema mais focado, sobre a história da imprensa feminista no Brasil e como ela se organizou e se organiza dentro do movimento. A partir daí, trago a objetividade jornalística e esse conceito a partir de uma perspectiva feminista.

Articulando os conceitos de objetividade e tecnologia, introduzo o segundo capítulo, “Tecnologia, Feminismo e Jornalismo”, que, ainda que trate de assuntos amplos, traz um ponto específico dentro do feminismo enquanto movimento social e histórico: o surgimento do ciberfeminismo e ativismo digital, o conceito de tecnologia feminista e a imprensa feminista em ambiente digital. Assim, apresento os veículos a serem analisados, que se inserem nesse contexto.

Após a introdução dos sites, parto para o último capítulo, “Jornalismo feminista a partir de uma perspectiva interseccional”, que também é o mais específico, trazendo os conceitos de interseccionalidade e feminismo negro para embasar a análise dos textos e dos dados coletados. Poder pensar na dissertação dessa forma, menos en-

gessada, me mostrou que é possível ter criatividade e imaginar outros jeitos de organizar a pesquisa acadêmica.

Outro ponto importante foi escrever em primeira pessoa. Abandonar a impessoalidade da terceira pessoa do plural foi, além de novo, libertador. Desde cedo aprendi que escrever dessa forma garante imparcialidade ao texto, como se fosse um narrador, apartado do pesquisador, sujeito da pesquisa. Porém, “a presença do narrador como personagem não é novidade no jornalismo e passou a significar, na modernidade, neutralidade e independência” (Moraes, 2015, p. 164). Poder escrever minha dissertação em primeira pessoa ajudou, inclusive, nos vários momentos de reflexão que tive acerca do meu papel enquanto jornalista e pesquisadora.

Assim, além de reflexões pessoais e teóricas, busco elaborar alguns pontos para pesquisadores que queiram investigar o campo da comunicação utilizando instrumentos metodológicos feministas.

ESCUTAR

Jornalistas – assim como pesquisadores – partem, geralmente, de uma pergunta para fazer um texto, reportagem, matéria em vídeo etc. Podem ser as mais conhecidas, que compõem o *lead* – Como? Quando? Onde? Quem? Por que? – ou mais complexas. Ao fazerem uma pergunta, esperam uma resposta. É nesse momento que, mais do que em qualquer outro, ouvir torna-se tão importante sendo que “[...] ouvir não é o mesmo que pausar a voz, é gesto ativo para o encontro feminista – somente sendo capaz de ouvir é que seremos tocadas por outras vidas diferentes da nossa. Para isso, o ouvir precisa se transformar em escutar” (Diniz; Gebara, 2022, p. 17).

E uma das máximas do jornalismo é a necessidade de ouvir os dois lados de uma história, buscando a objetividade jornalística que, “como procedimento, é um método extremamente saudável e ético” (Melo, 2018, p. 5), porém essa busca por uma narrativa equilibrada e neu-

tra limita as possibilidades de um fazer jornalístico localizado e mais responsável. Como afirma Gustafson (2019a, p. 115), “admitir que os jornalistas são sujeitos corporificados e, assim, presentes em todos os discursos produzidos, influenciando a realidade narrada e construída, permite a responsabilização e a reflexão sobre suas práticas”.

É fundamental entender e refletir sobre esse processo, pois “o que ‘significa’ o real para esses profissionais será, então, norteador do que é produzido e veiculado como ‘verdade’ nos meios de comunicação” (Silva, M., 2010, p. 41). Além disso, a forma como será veiculada também é definida a partir desses padrões, pensando tanto na plataforma – TV, redes sociais, sites, veículos impressos – quanto na linguagem utilizada.

Esse processo é multilateral e depende da visão de mundo que o jornalista tem e da sociedade em que está inserido (Silva, M., 2010, p. 41) que, nesse caso, é patriarcal, capitalista e fundamentada em princípios positivistas. É nesse contexto que o feminismo e a imprensa feminista se formam e se impõem, uma vez que essa objetividade servia – e ainda serve – “muito bem aos propósitos de dominação masculina, ao afastar as mulheres da produção deste tipo de saber” (Gustafson, 2019b, p. 11).

Pensando em um jornalismo situado, que se utilize de uma objetividade feminista, se pode buscar conceitos de autoras como Sandra Harding (1992), que fala de uma objetividade forte:

A objetividade forte é, de fato, “a verdadeira objetividade”: ela é mais competente em ser justa em relação a tais objetivos que a versão de objetividade que é ligada ao ideal de neutralidade de valores. Manter um foco na objetividade das metodologias de pesquisa chama atenção para como um certo tipo de ideal político e intelectual de diversidade pode avançar em direção a uma estratégia de pesquisa específica que simulta-

neamente promove o crescimento do conhecimento abrangente e confiável (Harding, 2019, p. 148).

Haraway (2009, p. 15) também reflete sobre a objetividade, colocando que todos os conhecimentos são localizados e, portanto, inevitavelmente parciais. Como feministas, há a busca por uma explicação melhor do mundo e de uma ciência mais rica e adequada. Os jornalistas Jéssica Gustafson e Eugênio Bucci refletem sobre o assunto. A primeira propõe que essa construção da jornalista feminista não é estável e coerente, uma vez que “as posições de sujeito nunca são fixas, sendo variáveis e múltiplas, construídas em constantes tensões e sujeitas a revisões” (Gustafson, 2019b, p. 8). O segundo afirma que o “equilíbrio não é um ponto fixo, [...] mas um centro relativo, que se desloca à medida que se transformam a cultura e a mentalidade da comunidade” (Bucci, 2000, p. 101).

Situar-se também traz uma avaliação crítica maior sobre a sociedade e sobre o que é produzido, pois somente o “eu dividido e contraditório é o que pode interrogar os posicionamentos e ser responsabilizado, o que pode construir e juntar-se a conversas racionais e imaginações fantásticas que mudam a história” (Haraway, 2009, p. 26).

A perspectiva positivista ameaça ainda o “sentimento de subjetividade e atuação histórica coletiva e nossas versões ‘corporificadas’ da verdade” (Haraway, 2009, p. 13), apagando experiências importantes para a construção de uma narrativa jornalística, por exemplo. Em entrevista para minha dissertação, a jornalista Paula Silva conta sobre sua experiência ao entrar no mercado de trabalho, que exemplifica esse tipo de situação.

Ser uma única mulher negra nos lugares é um negócio que te persegue ao longo da sua vida e na área de comunicação não é diferente. A gente quer ser visto como pessoas perfeitamente capazes de desempe-

nhar as suas funções, de fazer os seus “corres”. A gente não fala só de racismo, a gente fala de ciência, a gente fala de tecnologia, a gente fala de cultura *pop*, a gente fala de biotecnologia. Mas o mercado de trabalho continua enxergando a gente como duas pautas: racismo e cotas (Silva, P., 2021).

Mesmo assim, com capacidade para falar sobre qualquer assunto, há uma tendência de “dar mais valor ao que uma pessoa branca está escrevendo sobre pessoas negras ou pessoas não brancas” (hooks, 2019, p. 101) do que ao que os próprios negros ou não brancos falam sobre si mesmos, como se fosse preciso haver uma validação. Nesse sentido, o pensar situado “funciona como um ponto de entrada, uma perspectiva que singulariza” (Gago, 2020, p. 12) essas experiências. Esse pensar “é inevitavelmente um pensar feminista” e “inevitavelmente parcial” (Gago, 2020, p. 12).

O público vai progressivamente desconfiando de discursos totalizantes (Hollanda, 1994, p. 9), o que leva a crer que, para o receptor, é mais confiável saber que o jornalista produz suas reportagens a partir de um lugar específico, que é o que os veículos feministas se propõem a fazer.

Criado em 2014, o *Lado M*, por exemplo, foi fundado por três então estudantes da Universidade de São Paulo (USP): Mariana Miranda e Ana Paula Sousa, do curso de Jornalismo, e Marcela de Carvalho, do Direito. O intuito, segundo Mariana Miranda (2021) contou em entrevista para a dissertação, foi criar um portal de empoderamento feminino feito por e para mulheres, em um contexto no qual o empoderamento feminino ganhava espaço na mídia.

E calhou muito com o momento em que a gente estava mesmo, como sociedade, em que esse termo empoderamento feminino, feminismo, estava muito mais em alta e justamente porque a gente viu que começa-

va muito nesse ambiente universitário também, foi a partir disso que a gente começou a estudar e começou a produzir conteúdo e começou a abrir para outras colaboradoras também produzirem conteúdo sobre isso [...] começando com as que a gente conhecia pessoalmente e depois abrindo mais, usando o Facebook para ter colaboradoras no Brasil todo (Miranda, 2021).

Foi em 2016, com a campanha “Não Quero Flores”, que o site ficou conhecido nacionalmente. A ideia surgiu de uma conversa informal com as colaboradoras e foi pensada para o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março.

Já a revista *AzMina* foi criada após uma campanha de financiamento coletivo em maio de 2015, também a partir da percepção da efervescência de um debate sobre feminismo surgindo forte nas redes sociais, como afirma a então diretora executiva d’*AzMina*, Carolina Oms, em entrevista concedida a mim:

A gente achava que tinha uma demanda para que essa efervescência se traduzisse em conteúdo investigativo e jornalístico com reportagens aprofundadas que falassem das diferentes facetas do feminino, coisa que a mídia naquela época fazia ainda pior do que faz hoje (Oms, 2021).

Assim como o *Lado M*, a revista *AzMina* realizou várias campanhas digitais de conscientização como #CarnavalSemAssédio, #MachismoNãoÉBrincadeira e #VamosMudarOsNúmeros. A última ganhou um leão de bronze na categoria Media do Cannes Lions Festival, premiação internacional de publicidade.

Ambos veículos tinham um posicionamento político claro. Para Oms, a questão da objetividade jornalística já tinha sido superada pela revista, inclusive.

A gente não considera que a gente é um veículo menos objetivo que a *Folha de S.Paulo*. A gente acha que é inclusive um posicionamento machista dizer que um veículo feminista é melhor ou pior do que um outro veículo, porque, quando a *Folha de S.Paulo* faz uma campanha sobre democracia e diz para as pessoas vestirem amarelo, ninguém diz que isso é um posicionamento político, né? E a democracia é também uma escolha política, assim como a luta por direitos humanos, assim como a luta pelos direitos das mulheres (Oms, 2021).

A fala de Carolina corrobora com o que pontuam Gabriela Schander e Daiane Bertasso (2019, p. 47) no artigo *Revista AzMina e o jornalismo como forma de conhecimento*, em que as autoras apontam o conhecimento produzido pela *AzMina* como “comprometido politicamente com a realidade histórico-social e com o jornalismo em sua singularidade”.

Já Mariana Miranda (2021) destacou como o jornalismo feminista também depende do público-alvo:

Você jamais vai ver no site *Lado M* a defesa de um cara que foi acusado de estupro e ele está lá se defendendo, esse espaço não é o dele. A gente pode até ouvir o lado da mulher, ouvir o lado dele, tentar fazer ali um material; só que jamais vai ser um cara falando ali o que ele acha porque é um portal focado na produção de conteúdo feminino [...]. Assim como existem vários sites LGBTQI+ que não vão deixar uma pessoa cis e hétero ir lá e escrever alguma coisa [...].

Portanto, a única forma de ter uma visão mais ampla é estar em um lugar outro no jornalismo (Genro Filho, 1987), não aquele lugar neutro, isento e objetivo. As perspectivas de mulheres – e não sobre elas – expõem “tensões, confrontos e dissonâncias que fazem parte das relações assimétricas entre homens e mulheres” (Miguel; Biroli,

2011, p. 25). Resgato o conceito de perspectiva feminista (Hartsock, 1983), *feminist standpoint* no original, que se propõe a entender e se opor a todas as formas de dominação:

Um ponto de vista não é simplesmente uma posição interessada (interpretada como parcialidade), mas está interessada no sentido de estar engajado. Um ponto de vista, no entanto, carrega consigo a alegação de que existem algumas perspectivas sobre a sociedade a partir das quais, por mais bem-intencionadas que sejam, as relações reais dos humanos entre si e com o mundo natural não são visíveis (Hartsock, 1983, p. 285, tradução própria).¹

Nesse aspecto, *AzMina* e *Lado M* – e outros mais veículos feministas – ocupam esse lugar usando o gênero “como um potencial crítico que faz parte do comprometimento de um jornalismo que desempenha sua função social na sociedade contemporânea” (Schander; Bertasso, 2019, p. 50).

DIALOGAR

Um diálogo se estabelece, também, depois de uma pergunta que, segundo Paulo Freire e Antonio Faundez (2019), parte do espanto. Perguntar é espantar-se (Freire; Faundez, 2019, p. 70). Questionar cada vez mais é, então, espantar-se cada vez mais.

Porém, na busca por dar uma notícia com a maior rapidez possível, checando informações que chegam a todo segundo de diferentes fontes, falta tempo para pensar, refletir sobre as respostas, elaborar melhor as perguntas. É uma lógica capitalista de produtividade que se entranha cada vez mais no jornalismo e, como é mais fácil imaginar

1 No original: “A standpoint is not simply an interested position (interpreted as bias) but is interested in the sense of being engaged. A standpoint, however, carries with it the contention that there are some perspectives on society from which, however well-intentioned one may be, the real relations of humans with each other and with the natural world are not visible”.

o fim do mundo do que o fim do capitalismo, nadar contra essa corrente é tarefa árdua, mas que precisa ser feita por alguém. Ailton Krenak (2020, p. 32-33) é uma liderança indígena que tece considerações importantes sobre como adiar o fim do mundo, em sua visão há uma ânsia por consumir a natureza e as nossas subjetividades:

Se existe uma ânsia para consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades – as nossas subjetividades. Então vamos vivê-las com a liberdade que formos capazes de inventar, não botar ela no mercado. Já que a natureza está sendo assaltada de uma maneira tão indefensável, vamos, pelos menos, ser capazes de manter nossas subjetividades, nossas visões, nossas poéticas sobre a existência. Definitivamente não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações. O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. Ter diversidade, não isso de uma humanidade com o mesmo protocolo. Porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos.

Assim, assumir um posicionamento político feminista é importante dentro do campo da comunicação para justamente ir além dos conceitos basilares do jornalismo – objetividade, imparcialidade –; para *desentendê-los* e observar seus limites. Mas, de que forma uma metodologia feminista de pesquisa para o jornalismo pode usar desses conceitos para a criação de outros, que reflitam a realidade plural e diversa em que vivemos? Um caminho indicado por Márcia Veiga da Silva (2010, p. 63) é investigar os modos como o jornalismo está perpassado pelo gênero:

[...] é o primeiro caminho para entender como o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicos de gênero que, em última instância, refletem a existência de um padrão heteronormativo. É perceber o jornalismo, por uma ótica de gênero, relacionado com os modos como se constrói o conhecimento sobre as coisas (e pessoas) do mundo.

Acredito que meu primeiro contato com uma escrita a partir de uma perspectiva feminista no campo do jornalismo foi ainda na graduação, quando estava produzindo meu projeto de conclusão do curso e me deparei com o livro *O Nascimento de Joicy*, de Fabiana Moraes (2015). Nele, a jornalista acompanha Joicy, uma mulher trans que busca o serviço público para fazer uma cirurgia. A autora está muito presente em todo livro, funcionando também como personagem, e compartilha o processo de escrita da reportagem, as visitas que fez à família de Joicy, assim como as consultas médicas pelas quais ela passou. À época em que li, quase dez anos atrás, não pensei muito sobre esse aspecto, mas seu texto ainda ecoa em meu fazer, enquanto pesquisadora e jornalista. E ressoa porque o gênero é um marcador social que perpassa minha experiência, assim como a raça e a classe social. Ressoa também porque “a destinação de gênero em nosso corpo é seguida de uma intensa disciplina para o aprendizado correto das perguntas que importam ao patriarcado e suas tramas de opressão” (Diniz; Gebara, 2022, p. 227), como senti enquanto entrevistava as autoras dos textos analisados em minha pesquisa.

Porém, foi somente ao entrar de cabeça na pesquisa para a dissertação que percebi como esse posicionamento seria importante para o resultado final do texto. O processo da pesquisa foi cheio de questionamentos e reflexões sobre meu papel enquanto pesquisadora, enquanto jornalista e enquanto mulher, me posicionando – a partir desses rótulos – no mundo em que estamos. Um exemplo foi quando,

em conversa com uma das autoras do site *AzMina*, percebi como minhas perguntas reproduziam, mesmo que inconscientemente, discursos e práticas coloniais, patriarcais, masculinistas e positivistas. Isso fica evidente quando perguntei à Rebecca Souza² (2021) sobre sua formação acadêmica:

Deixa eu te falar uma coisa. Eu acho que pode botar isso, mas assim, eu não acredito muito nessa questão de formação, tá? Porque eu acho que isso é uma visão branca, que as pessoas só valem se tiverem diploma, se tiverem algo desse tipo. Então, não acredito nessa questão, para mim não é um ponto relevante, sabe? Não sei se tem algum problema no que eu vou falar, mas é porque realmente eu não acredito nessa questão de formação. Eu acho que isso é uma questão do colonial mesmo, de você ter diploma, de você ter um algo para respaldar que você sabe aquilo. Dentro do meu povo [Romani], nós acreditamos muito que você tem sabedoria de falar. Nós somos um povo que nem muita escrita a gente tem. A gente não tem nada escrito, não, a gente tem tudo mais falado, quem escreve são os outros.

“Quem escreve são os outros”. Quem escrevia era eu, uma “outra” para Rebecca. E durante todo o processo de escrita me deparei com pensamentos como: “De onde eu falo?”; “Olha essa resposta, o que eu faço com ela agora? Para onde sigo com a pesquisa?”; “Vale a pena, eu, como mulher branca, falar sobre representatividade de pretas, LGBTQs?”. Incômodo, inquietação.

2 Rebecca Souza é nascida em Burgos, na Espanha, e mora em Belém, PA. É ativista de direitos humanos, pertence à etnia Romani, e colaborou com a revista *AzMina* por três anos.

Também senti isso quando conversei com Paula Silva³ (2021), colaboradora da revista *AzMina*, que me contou mais sobre sua experiência como jornalista, mulher e negra, no mercado de trabalho, como citei anteriormente.

Naquele momento eu também perguntava para Paula exatamente sobre esses assuntos sobre os quais ela sempre falava por ser uma mulher negra. De novo, me questionei se não estava reafirmando que ela só podia falar sobre racismo. Fui, então, tensionando experiências pessoais, crenças que vinham de uma formação em escola particular católica do interior de São Paulo, valores aprendidos ainda na infância que ficaram intrincados em mim. Não basta saber o seu lugar de fala⁴ – um termo tão difundido na academia e fora dela, usado de forma simplista algumas vezes –, dizer “sou uma mulher branca, de classe média do interior de São Paulo” e esquecer disso durante a pesquisa, achar que me localizar para o leitor é suficiente. É preciso um incômodo contínuo.

INCOMODAR-SE

Mais importante do que sentir e reconhecer, é organizar o incômodo. A partir dele, o que fazer? Como prosseguir com a pesquisa? Esse processo é pessoal e subjetivo, com o pesquisador aparecendo como personagem na pesquisa, sendo transformado pelo processo e também alterando a própria pesquisa em si.

Fabiana Moraes (2022, p. 12) pontua a importância dessa organização em esfera coletiva: “[a] subjetividade não pode ser percebida como algo apenas no âmbito individual, como infelizmente tenho visto em alguns trabalhos que, inclusive, se referem à perspectiva

3 Paula Silva é natural de São Paulo, SP. Formou-se em Jornalismo pela Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM), e colaborou com a revista *AzMina* em 2018, por sete meses.

4 Lugar de fala é uma localização social que “não visa restringir a troca de ideias, encerrar uma discussão ou impor uma visão” (Ribeiro, 2017, p. 47).

de um jornalismo de subjetividade”. A autora também indaga o porquê dessas reflexões sobre o jornalismo e construções midiáticas, tão discutidas há tanto tempo na academia, não se refletirem na produção das notícias.

Acredito que isso pode acontecer pela separação simbólica que existe entre o mundo acadêmico e o mundo do trabalho, como se fossem apartados um do outro e os acadêmicos ficassem em suas salas pesquisando, enquanto os jornalistas fossem às ruas apurar. Além disso, há a falta de tempo das redações, já citada anteriormente, que não permite que os profissionais reflitam sobre seus trabalhos.

Cabe a nós – pesquisadores e profissionais da comunicação – fazer um exercício diário de “movimentar o assombro criativo” (Diniz; Gebara, 2022, p. 229). É ele que “ferve em nossos corpos quando praticamos o estranhamento, um exercício político e metodológico de deslocamento do patriarcado em nós” (Diniz; Gebara, 2022, p. 229).

A fim de organizar meu assombro, depois da leitura de diversos autores como Márcia Veiga da Silva (2010, 2017), hooks (2019), Moraes (2015, 2022), Gustafson (2019a, 2019b), identifico aspectos de uma metodologia feminista em minha pesquisa e também no processo de criação dos textos dos próprios sites.

No *Lado M*, as jornalistas debatiam as pautas em grupos de *Facebook* e *WhatsApp*, com abertura para sugestões e coautorias. Na revista *AzMina* o processo era parecido, com reuniões de pauta semanais e um e-mail para o qual o público enviava sugestões de temas.

Todo o processo era um espaço de diálogo aberto, no qual as colaboradoras dos dois veículos podiam trocar ideias e sugestões entre si, desde a escolha do tema, as fontes, até a presença das autoras nos textos – inclusive com encorajamento para que isso acontecesse. Havia, em ambos, uma hierarquia, mas me parece muito mais por questões burocráticas do que por questões práticas.

Um exemplo. Eu, Carolina, colaborei para o *Lado M* de 2016 a 2023 e, em todos esses anos, tive um relacionamento de coleguismo com as outras colaboradoras, inclusive com Mariana, que era quem revisava os textos. Em nenhum momento era uma relação de chefia, mas sim de orientação, como acontece nos ambientes acadêmicos entre pessoas de um grupo de estudos.

Em uma redação convencional, as regras e orientações são mais rígidas, com ordens que vem de cima, de um poder quase desconhecido, ao qual os jornalistas não têm acesso. Já nos sites analisados, percebi uma aproximação entre todas as pessoas que fazem parte do processo de escrita e publicação dos textos.

Minha dissertação também foi construída com um diálogo aberto tanto com as entrevistadas – que modificaram a forma como eu me relacionava com minha própria pesquisa e a quem eu recorria se precisasse de mais alguma informação – quanto com meus colegas de grupo de estudos, que colaboraram com opiniões, ideias, sugestões e me ajudaram a construir, de certa forma, o texto final.

O processo de escrita deste próprio capítulo, inclusive, se dá dessa forma, sendo um exemplo de construção metodológica feminista, não hierárquica e coletiva. A ideia do livro foi construída coletivamente, a escrita foi feita por mim, mas a partir de reflexões que vieram de um grupo, com orientações e ideias de colegas do grupo. A revisão foi feita por pares, com abertura de diálogo para discussão dos pontos que foram destacados, com espaço para debate e o entendimento do que se espera do texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS?

Não posso dizer que essas considerações são finais, porque quero que estejam abertas a outras reflexões e debates entre profissionais da comunicação que venham a ler este capítulo. O que consigo resumir, a partir da escrita e da releitura da minha dissertação – assim como

outras leituras que se somaram depois que ela foi finalizada – é que buscar uma, ou várias, metodologia(s) feminista(s) é um exercício diário e complexo. É uma construção que pode partir de um incômodo individual, mas deve crescer para o coletivo.

Primeiro, escute o outro e a si mesmo. Comece com as questões que acha importantes e não tenha medo de adicionar novas ou mudar a rota de uma entrevista ou pauta. Escute com atenção para depois dialogar a partir das respostas.

Como já citei anteriormente, Krenak (2020) reforça como é maravilhoso sermos diferentes e estarmos em um mesmo espaço, podendo compartilhar experiências e saberes diferentes. E acredito que é pela diferença que o jornalista deve ser atraído. Se situar, mostrar pelo seu ponto de vista, mas conseguir dialogar com atores tão diversos que coexistem com ele no mundo.

Se perguntar é espantar-se (Freire; Faundez, 2019), diria que dialogar e ter contato com o diferente é incomodar-se, no sentido de sair de uma área confortável para buscar outras experiências fora do que se está acostumado. O medo é paralisante e isso é o mais perigoso para grupos que buscam um mundo mais coletivo, justo e igualitário. Assim, por último, organize seu incômodo, sua raiva e sua revolta. Procure pessoas que também estão nessa busca, por grupos de estudos, de discussão, de cultura. Finalizo com um trecho da entrevista de Fabiana Moraes (2024) para Jefferson Barbosa da revista *Quatro Cinco Um*:

A gente não faz nada sozinho. Temos vivido um chamado grande para uma perspectiva individual de ação que vem sendo escutado. Isso faz parte de uma tentativa de sobrevivência ao sofrimento. Ao mesmo tempo, a gente sabe que a resposta precisa ser coletiva. Você vai agir em conjunto porque às vezes vai ter que descansar e alguém vai ter que ficar girando essa roda. O maracatu ainda existe porque é coletivo. A gente tem em grupos periféricos, indígenas, muitas das respostas

políticas que buscamos. Você está dentro do sofrimento mas consegue produzir a beleza e o gozo. Sem isso, não ficamos de pé.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, 2006.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 245 p.
- CARETTIN, Carolina Busolin. **Imprensa Feminista na Internet**: um estudo dos sites Lado M e AzMina. 2022. 137 f. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.
- DINIZ, Débora; GEBARA, Ivone. **Esperança feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022. 276 p.
- FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020. 256 p.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. 1987. 276 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.
- GUSTAFSON, Jessica. **Jornalistas e feministas**: A construção da perspectiva de gêneros no Jornalismo. Florianópolis: Editora Insular, 2019a. 268 p. (Jornalismo a Rigor).
- GUSTAFSON, Jessica. Conhecimentos localizados no jornalismo: uma proposta de sentido de objetividade que potencialize os projetos feministas. In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 42., 2019b, Belém. **Anais [...]**. Belém: Intercom, 2019b. p. 1-14. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1290-1.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1 jan. 2009.

HARDING, Sandra. Rethinking standpoint epistemology: what is “strong objectivity”? **The Centennial Review**, East Lansing, v. 36, n. 3, p. 437-470, set. 1992.

HARDING, Sandra. Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo. Tradução de Rebeca Furtado de Melo. **Em Construção**, [S.l.], n. 5, p. 143-162, 7 jun. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/emconstrucao.2019.41257>. Acesso em: 20 fev. 2020.

HARTSOCK, Nancy C. M. The Feminist Standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In: HARDING, Sandra; HINTIKKA, Merrill B. P. (ed.). **Discovering Reality: feminist perspectives on epistemology, metaphysics, methodology, and philosophy of science**. New York: Springer Netherlands, 1983. p. 283-310.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Feminismo em tempos pós-modernos. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e Impasses: O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 7-19.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019. 380 p.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 104 p.

MARTINO, Luis Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em comunicação: Projetos, ideias, práticas**. Petrópolis: Vozes, 2018.

MELO, Isabelle Anchieta de. A defesa de uma nova objetividade jornalística: a intersubjetividade. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**, 2018. Disponível em: <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/melo-isabelle-intersubjetividade.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2025.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Gênero, mídia e política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 241 p.

MIRANDA, Mariana. Entrevista concedida a Carolina Busolin Carettin. [Dados não publicados] Campinas: Unicamp, 2021.

MORAES, Fabiana. **O Nascimento de Joicy**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015. 248 p.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2022. 368 p.

MORAES, Fabiana. Defender a alegria, organizar a raiva. Entrevista concedida a Jefferson Barbosa. **Quatro Cinco Um**, 11 dez. 2024. Disponível em: <https://quatrocinco.um.com.br/entrevistas/desigualdades/defender-a-alegria-organizar-a-raiva/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

OMS, Carolina. Entrevista concedida a Carolina Busolin Carettin. [Dados não publicados] Campinas: Unicamp, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

SCHANDER, Gabriela; BERTASSO, Daiane. Revista AzMina e o jornalismo como forma de conhecimento. **Pauta Geral–Estudos em Jornalismo**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 32-52, dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5212/revista-pautageral.v.6.i2.0003>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25629>. Acesso em: 30 set. 2021.

SILVA, Márcia Veiga da. Gênero como uma perspectiva para pensar as relações de poder e de saber no campo da Comunicação. *In*: Colóquio Internacional de Investigação Crítica em Comunicação, 2, 2017, São Leopoldo. **Processocom** (UNISINOS), 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MG-1-rdQdhBc>. Acesso em: 11 nov. 2024.

SILVA, Paula. Entrevista concedida a Carolina Busolin Carettin. [Dados não publicados] Campinas: Unicamp, 2021.

SOUZA, Rebecca. Entrevista concedida a Carolina Busolin Carettin. [Dados não publicados] Campinas: Unicamp, 2021.